



## PATRIMÔNIO BRASILEIRO NA PARAÍBA: PANORAMA E POSSIBILIDADES EDUCACIONAIS

Igor Alexander Nascimento de Souza<sup>206</sup>

### RESUMO:

Trata-se de pesquisa exploratória com o objetivo de levantar um panorama geral da realidade preservacionista no estado da Paraíba, analisando as possibilidades educacionais em prol do patrimônio cultural brasileiro neste território, sobretudo após a implementação de uma superintendência do IPHAN no estado e conseqüentemente da Casa do Patrimônio de João Pessoa, dentro da política de capilarização do Instituto e a de territorialização do governo federal. Apresentam-se teóricos imprescindíveis à reflexão sobre a Educação Patrimonial – EP e a necessidade do estabelecimento do diálogo entre os diversos agentes para a satisfatória preservação dos bens culturais.

**Palavras-chave:** Patrimônio Cultural. Educação Patrimonial. Paraíba. IPHAN. Casas do Patrimônio

Este artigo tem o objetivo de compartilhar os dados e os anseios acerca das possibilidades educacionais em prol do patrimônio cultural brasileiro na Paraíba, considerando-o diverso, espaçado e múltiplo, tendo como suporte manifestações representadas no imobiliário e no mobiliário, mas também no incorpóreo, naquilo que contém a sabedoria do povo, os modos de fazer, os lugares sagrados e profanos, a fé e a festa, o popular e o erudito. Partindo desse pressuposto e visando atender à demanda do PEP em focar nas particularidades regionais, o trabalho intenta refletir a respeito dos grupos sociais que vivenciam os diversos bens culturais locais, sobretudo com as interlocuções já existentes com a CPJP.

Trata-se, portanto, de uma parcial *pesquisa exploratória*<sup>207</sup>, precedente a um estudo *stricto*. Nesta prévia, alguns dados foram elementares para a satisfatória apropriação dos possíveis objetos de abordagem. Dentre eles, as

<sup>206</sup> Aluno bolsista do Mestrado Profissional – MP do Programa de Especialização em Patrimônio – PEP do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN/2012 - Superintendência Estadual da Paraíba – SE/PB. E-mail: igorpatrimoniocultural@gmail.com.

<sup>207</sup> “Uma característica interessante da pesquisa exploratória consiste no aprofundamento de conceitos preliminares sobre determinada temática não contemplada de modo satisfatório anteriormente.” (RAUPP & BEUREN, p. 80).



seguintes informações: o estado da Paraíba, uma das 27 unidades federativas brasileiras, situa-se na Macro-Região Nordeste do País; possui uma população estimada em 3.815.171 milhões de habitantes distribuída num território de 56.439.838Km<sup>2</sup> revelando uma densidade demográfica de 67,6hab/Km<sup>2</sup> (8<sup>a</sup> do Brasil). O PIB do estado é de R\$28.719 milhões, sendo que o *per capita* é R\$7.617 mil (24<sup>o</sup> do País). Sem instrução e com ensino fundamental incompleto foram estimados 1.945.235 milhões de pessoas de dez anos ou mais de idade, ou 50,98%, sendo 23,5% de analfabetos<sup>208</sup> (896.565 paraibanos analfabetos, 25<sup>o</sup> nacional). Os indicadores sociais apontam que a Esperança de Vida é de 69,4 anos (23<sup>o</sup> no *ranking* nacional), a Mortalidade Infantil 36,5% por nascimento (24<sup>o</sup>) e o IDH médio, 24<sup>o</sup> do país, é de 0,759<sup>209</sup>.

No patrimônio cultural os bens culturais reconhecidos pelo Poder Público, em âmbito federal, totalizam 23 tombamentos no estado<sup>210</sup> (lembrando que os Sítios Históricos Urbanos tratam do conjunto, mas legalmente correspondem a cada imóvel individualmente), abrangendo apenas oito municípios: Areia, Cabedelo, Ingá, João Pessoa, Lucena, Pilar, Santa Rita e Sousa. Em âmbito estadual foram cancelados 170 bens (PARAÍBA, s/d) localizados em 38 municípios<sup>211</sup>. Os dados dos municípios demandam uma pesquisa maior, devido à sua quantidade (223) e à diversidade de formatos administrativos, portanto não foram levantados nesse trabalho.

Os bens não reconhecidos pelo Estado (Poder Público) são incomensuráveis. Segundo a posição do ex-presidente do IPHAN, Luís Fernando de Almeida, em palestra realizada no 1<sup>o</sup> *Encontro Nacional de Instituições Estaduais de Preservação do Patrimônio Cultural*, acontecido em Recife-PE (24 a 26 de abril), o IPHAN entende que onde houver brasileiros há patrimônio cultural. Esse posicionamento, tomado a partir da ascensão do

<sup>208</sup> Incapazes de ler e escrever.

<sup>209</sup> Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pb>. Acesso em: 17 set. 2012.

<sup>210</sup> Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1356>. Acesso em: 17 set. 2012.

<sup>211</sup> São eles: Alagoa Grande, Alhandra, Araruna, Areia, Baía da Traição, Bananeiras, Bayeux, Borborema, Cabedelo, Cajazeiras, Campina Grande, Cruz do Espírito Santo, Duas Estradas, Guarabira, Ingá, Itabaiana, João Pessoa, Lucena, Mamanguape, Marí, Patos, Pedras de Fogo, Pilar, Pirpirituba, Pombal, Princesa Isabel, Remígio, Rio Tinto, Santa Rita, São João do Cariri, São João do Rio do Peixe, Sapé, Serraria, Solânia, Sousa, Taperoá, Teixeira e Umbuzeiro.



ministro da cultura Gilberto Gil, em 2003, legitimou a política de capilarização da autarquia, correspondendo à estratégia de territorialização e descentralização das ações do Estado brasileiro, neste caso na pasta da Cultura e no vetor preservacionista.

## - TERRITORIALIZAÇÃO -

Partindo do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e incorporado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP, inspirados em diversos estudos, dentre eles os do geógrafo baiano Milton Santos, o país foi fragmentado em Territórios de Identidade, considerando aspectos econômicos, culturais e identitários. Assim, a Paraíba foi dividida em 15 territórios<sup>212</sup>, visando a qualificação da presença do Estado igualmente e proporcionalmente em todo o território nacional, evitando, por exemplo, que os jovens do Território do Médio Piranhas tenham que migrar para as capitais para realizarem seus estudos superiores, ou que um enfermo tenha que se deslocar do Território Serra do Teixeira para um hospital lotado em João Pessoa-PB ou Recife-PE.

No prefácio da obra *Identidade e território no Brasil* (PERICO, 2009, p. 16), Humberto Oliveira, ex-secretário de desenvolvimento territorial do MDA, coloca a extrema importância que a *identidade territorial* tem dentro desse modelo de governo. Diz que

Por intermédio da *identidade*, alguns aspectos da estratégia territorial podem ser enfatizados: possibilidade de maior aderência de políticas públicas aos princípios da participação, autonomia e gestão social; fundamentação do pertencimento, solidariedade, coesão e ação conjunta; conciliação de interesses, mediação de conflitos e formulação de estratégias territoriais.

---

<sup>212</sup> Territórios de Identidade do estado da Paraíba: Médio Piranhas, Médio Sertão, Vale do Piranhas, Alto Sertão, Vale do Piancó, Serra do Teixeira, Seridó, Curumataú, Zona da Mata Norte, Piemonte do Borborema, Borborema, Vale do Paraíba, Cariri Ocidental, Cariri Oriental e Zona da Mata Sul.



Estendendo a uma perspectiva preservacionista enfatiza que a “*identidade* ajuda a resgatar tradições e práticas sociais, manifestações culturais e paisagens naturais, valorizando aspectos endógenos, fundamentais para a recuperação da auto-estima e para a concretização de sonhos [...]” (*Ibid.* P. 17).

No desenrolar desse Plano Estratégico para o país foi inaugurada a Superintendência do IPHAN na Paraíba, no ano de 2004, com o objetivo de desenvolver as políticas federais de patrimônio cultural no estado. Como resultado foram tutelados com a chancela do tombamento o *Conjunto Histórico e Urbanístico da Cidade de Areia (2008)* e o *Centro Histórico de João Pessoa (2009)*<sup>213</sup>. Em Educação Patrimonial – EP foi implementada a Casa do Patrimônio de João Pessoa – CPJP, projeto pedagógico voltado à interlocução com os agentes preservacionistas locais em favor de ações educativas para o patrimônio cultural.

### **- CASAS DO PATRIMÔNIO –**

Segundo a prof.<sup>a</sup> Maria Célia Santos, Diretora de Museus do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia - IPAC e co-protagonista no processo de implementação do jovem Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, “o patrimônio cultural [deve ser] como um referencial para o exercício da cidadania e do desenvolvimento social por meio do processo educativo.” (2008, p. 16). E diz ainda:

Cada vez mais torna-se necessária uma ação educativa que tenha como referencial o patrimônio cultural, considerando o seu rico processo de construção e reconstrução. Sendo assim, as atividades pedagógicas deverão buscar, por meio de uma ação integrada com a comunidade, a qualificação do “fazer cultural” local, buscando inseri-lo nos contextos nacional e internacional.

---

<sup>213</sup> Considerados os anos dos tombamentos quando da inscrição nos livros de tombo, segundo o Art. 10 do Decreto 25/37.



[...] É necessário, pois, considerar as múltiplas realidades da América Latina, buscando-se alternativas organizacionais e administrativas para o setor público e para a gestão da educação, incrementando a realização de ações locais, desenvolvidas em perspectiva global, que tenham como referencial o patrimônio cultural. (*Ibidem*, p. 23-24).

Nesse sentido, o projeto *Casas do Patrimônio* nasce como um “projeto pedagógico e de educação patrimonial” (IPHAN, s/d). Tem como fundamentos o estabelecimento de canais de diálogo com os demais entes federados, com a Sociedade Civil e com outras políticas implementadas pelo governo federal, encurtando os espaços de relacionamento. Essas articulações devem respeitar as realidades regionais, sendo imprescindível a construção de parcerias locais.

O objetivo das *Casas do Patrimônio*, considerando a presença do IPHAN em todas as unidades da federação, é tornar-se um marco referencial de reflexão coletiva e participativa acerca do patrimônio cultural brasileiro, ajudando a difundir as ações do Instituto, a construir ações educativas em defesa das pessoas e dos bens culturais, e a desenvolver o turismo cultural, sempre em conjunto com os agentes locais, que devem ser os principais beneficiados.

No trabalho monográfico de Cléo Oliveira (2011, p. 3), intitulado *Educação Patrimonial no IPHAN*, ao problematizar o tema ressalta que o relacionamento entre a comunidade e órgãos de preservação sempre teve um componente polêmico. O Iphan tradicionalmente é visto pelas comunidades como “inimigo”, e isso é motivado principalmente pelo desconhecimento dessas sobre os seus procedimentos e ações. Acredita-se que esse quadro muito provavelmente seria revertido com a realização de boas práticas educativas voltadas à comunidade.

Na Paraíba a CPJP vem desenvolvendo ações convergentes ao projeto nacional, considerando o patrimônio cultural enquanto referência e construindo atividades pedagógicas integradas com as comunidades. Vejamos as atividades até agora incrementadas pelos componentes da CPJP.



Além dos projetos em desenvolvimento: *Memória dos Bairros*, *Curso de Educação Patrimonial: Reflexões e Práticas*, *Memória dos Mestres do Vale do Gramame* e a *Celebração de Nossa Senhora da Penha*; foi elaborado um kit contendo um *Jogo da Memória*, em cartas, a 1ª edição do *Jornal Casa do Patrimônio*, o impresso do programa *João Pessoa Minha Cidade*, os catálogos das exposições *Memórias Ribeirinhas*, *Sob os Signos das Boiadas* e *João Pessoa Minha Cidade*; e as publicações *Educação Patrimonial: orientações ao professor* e *Educação Patrimonial: reflexões e práticas*, ambas da série *Caderno Temático*. Essas atividades, vale salientar, foram realizadas tendo como diretriz a busca da parceria com as prefeituras, sobretudo a de João Pessoa, através da Coordenadoria de Patrimônio Cultural – COPAC, e dos agentes culturais da Sociedade Civil.

É oportuno mencionar a fala do ex-secretário de cultura da Bahia, o teatrólogo Márcio Meirelles, no texto *Ecoando Marilena* (CHAUÍ, 2009, p. 9), onde diz que

É preciso, portanto, qualificar cada vez mais o diálogo em torno da gestão da cultura [...]. Isto significa aprimorar o processo e as instâncias de mediação; aprender com os erros, que não serão poucos; **seduzir a própria burocracia governamental para a beleza e a riqueza da construção coletiva**. Significa também aprofundar conhecimentos, refletir sobre imensa diversidade de interpretações que a noção de cultura nos apresenta. (grifos meus).

Esse texto foi elaborado no contexto da *III Conferência Estadual de Cultura da Bahia*, realizada em 2009, e amplamente distribuído no território baiano, com o objetivo de disponibilizar informações teóricas sobre cultura aos cidadãos. O seu conteúdo, assim como a fala de Márcio, são atuais e servem bem às conjunturas da Paraíba e das Casas do Patrimônio apresentadas até o momento; é o IPHAN se esforçando para se adaptar à ampliação da concepção de patrimônio cultural e à uma proposta democrática mais participativa no país.



Sobre a questão da ampliação do conceito de patrimônio cultural, tão discutida por diversos autores, não se deve perder de vista os conflitos e as críticas sofridas pelo IPHAN ao longo da sua história. Os critérios de seleção e consequente descarte dos bens culturais merecedores de estarem no “panteão nacional” sempre foram objeto de disputa, principalmente se considerarmos que os tombamentos foram realizados num vetor descendente, ou seja, sem participação popular, desconsiderando a diversidade dos grupos componentes da “civilização brasileira”. Obviamente este fato comprometeu a Educação Patrimonial – EP, devido a pouca ou nenhuma identificação dos grupos e indivíduos com o patrimônio consagrado. (OLIVEIRA, *Op. Cit.* p. 8).

Em texto intitulado *Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado*, Márcia Chuva (2003) demonstra claramente que a construção da ideia de nação, através da seleção de um patrimônio cultural oficial, se deu de forma arbitrária, partindo da iniciativa estatal dentro de um Estado de Exceção, por intelectuais ligados ao Modernismo, sobretudo do Sudeste brasileiro. Esse distanciamento do povo, essa inexistência de diálogo tornar-se-ia dificultosa ou impeditiva à satisfatória conservação do patrimônio consagrado, perceptível em inúmeros registros realizados no país. Para tentar reverter este quadro, tímidas ações de EP foram praticadas, mas sempre no intuito de inculcar no público ideias e valores a eles estranhos. O patrimônio dos diversos grupos sociais tardaria a ser objeto de atenção do Poder Público.

As grandes intervenções físicas realizadas nas três mais populosas cidades brasileiras (São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador), tão bem descritas por Márcia Sant’Anna (2004), deram continuidade à tradição arbitrária do patrimônio cultural em nosso país, perenizando a falta de diálogo. Ao contrário, as populações eram vistas como óbices ao desenvolvimento econômico e social, e, portanto, foram literalmente expulsas das áreas de interesse dentro de um processo de *gentrification*. Esse modelo, ainda vigente em mentes mais sectárias, passou a ser fortemente questionado, sendo a EP um elemento importantíssimo de resistência através do diálogo e da construção participativa, como é a proposta do projeto Casas do Patrimônio.



O questionamento reivindicatório acerca do reconhecimento dos bens culturais não contemplados pelos tombamentos “clássicos” tomou força a partir dos anos 1970, assim como a adoção do termo *referências culturais*, vinculados à atribuição de valores, sob a influência da Antropologia e de outras áreas antes negligenciadas, segundo Maria Cecília Fonseca (2012). Essa “reorientação” deslocou a concepção de patrimônio da ideia do valor intrínseco dos bens culturais (materiais), colocando as instituições responsáveis pela preservação (inclusive legalmente) numa situação desconfortável: se o patrimônio consagrado não tem valor por si só e os que deveriam reputá-lo não lhe atribuem valor, qual a função do IPHAN e similares? Se os grupos formadores da sociedade possuem estima especial por elementos não-consagrados, devem os órgãos responsáveis chancelarem tais bens culturais, correndo o risco de ampliarem demasiadamente o “panteão” em que se encontram os vestígios edificadas e artísticos, considerando os já exíguos recursos existentes para a salvaguarda?

Enquanto essas questões não são esclarecidas, a ampliação do diálogo com os diversos grupos identitários, a criação de canais permanentes de auscultação, a produção de informação e pesquisa de forma participativa, entre outras atividades transformadoras, podem ser entendidas ou incorporadas às práticas educativas em prol do patrimônio cultural *lato*. Saliento que esse esforço vem sendo implementado, timidamente, através de algumas iniciativas, dentre elas as Casas do Patrimônio.

### - MÉTODO DA PESQUISA: REFLEXÕES -

Em texto apresentado na *II Semana de Museus da Universidade de São Paulo*, em 1999, a prof.<sup>a</sup> Maria Célia Santos (*Op. Cit.* p. 66) afirma que “**As ações de pesquisa, preservação** e comunicação referenciadas no patrimônio cultural não podem estar dissociadas da participação e do desenvolvimento.” (grifo meu). Ela aponta para a utilização de método de pesquisa para a *EP*



*Transformadora*, inspirado nas reflexões de Paulo Freire e baseado em sua própria experiência como museóloga e educadora.

Cléo Oliveira (*Op. Cit.* p. 19), tratando das experiências brasileiras em EP, coloca Freire como a principal influência dos educadores preservacionistas *transformadores* em contraposição à *EP Tradicional*, “caracterizada pela imposição de uma identidade e memória únicas exemplificadas unicamente por bens relacionados ao Estado e aos grupos dominantes.”.

Essa aparente dicotomia denota duas *praxis*: uma conservadora, que se esforça para inculcar no público a “cultura da preservação”, sobretudo aos bens culturais consagrados; e uma transformadora, atenta aos anseios do público, inspiradas na construção coletiva de resultados, através do trabalho em parceria, do desenvolvimento da criticidade, da autonomia dos agentes em prol da liberdade, valorizando a diversidade cultural e as identidades, voltada, quase sempre, ao patrimônio não-consagrado.

A concepção político-pedagógica de Paulo Freire realmente influenciou gerações de educadores em todo o mundo. Sua tese intitulada *Educação e atualidade brasileira* (1959) deu início a uma série de publicações que tiveram grande aceitação internacional, principalmente em países latino-americanos e africanos, já que o autor marxista pensava a educação como um instrumento político de transformação, capaz de mudar a realidade de carências das massas de oprimidos existentes nessas regiões do globo. Um estudo mais detalhado de Freire seria importante para a reflexão da EP, como bem dito pela professora Maria Célia. (*Op. Cit.* p. 23).

Por sua vez, Paulo Freire influenciou-se do pensamento gramsciano (BEISIEGEL, 2010, p. 121), principalmente a partir das suas vivências no Chile. Partindo da influência de autores vinculados ao catolicismo progressista chega aos teóricos marxistas e ao próprio Marx, como ele mesmo esclarece em entrevista realizada pela jornalista Luciana Burlamaqui, em 17 de abril de 1997, quando diz que “Quanto mais eu li Marx, tanto mais eu encontrei uma certa fundamentação objetiva pra continuar camarada de Cristo.”. E finaliza



afirmando que “Eu fiquei a procura de Marx na mundanidade, a procura de Cristo na transcendentalidade.”<sup>214</sup>.

A reflexão dos agentes preservacionistas ao tratar da EP em seus Planos de Salvaguarda deve considerar os diversos autores que tratam do patrimônio cultural, mas não secundarizar ou negligenciar os pensadores da educação, como é corriqueiro no meio. Nesse aspecto nenhum desses pensadores deve ser descartado. De Platão a Dewey, de Aristóteles à Alfred Binnet e Rui Barbosa; todos devem ser considerados, pois suas reflexões influenciaram a sociedade em que estamos contidos e atuantes.

### **- CONSIDERAÇÕES FINAIS -**

Neste momento por que passa as ações políticas para o patrimônio cultural, denotam-se novas posturas dos agentes sociais envolvidos nas vicissitudes inerentes a essa nova forma de tratar os grupos e seus legados culturais. A implementação das Casas do Patrimônio alimenta o lume que estava latente entre a população, mesmo que de forma ainda branda. Nesse sentido a SE/PB tem um papel muito mais semiológico do que outra coisa, mesmo que num sistema estatal marcado pela burocracia administrativa. A capilarização do IPHAN dentro da política de territorialização das ações de cultura já vem dando resultados satisfatórios e novas ações podem e certamente serão efetivadas.

A ampliação dos bens tombados pela União, a fiscalização mais diligentes dos agentes públicos, mas, sobretudo, o estabelecimento cotidiano do contato com os agentes da sociedade civil, dos demais entes federados (estado e municípios) e dos poderes (Legislativo e Judiciário) é o mais significativo dos ganhos.

---

<sup>214</sup>

Entrevista disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fBXFV4Jx6Y8&feature=endscreen&NR=1>. Acesso em: 6 nov. 2012.



O apoio e a co-responsabilização dos poderes locais, dentro de uma visão sistêmica da cultura e da preservação, e a participação das comunidades<sup>215</sup> é imprescindível à salvaguarda por meio da educação. Para tanto, devem-se desenvolver pesquisas de se orientem às propostas teórico-metodológicas de interação técnica “com os demais sujeitos envolvidos, motivando a realização de novas práticas sociais.” (SANTOS, *op. Cit.* P. 65). Deverão ser “pautada[s] no diálogo, no argumento e em contextos interativos [...] permitindo a integração e o enriquecimento, reconhecendo no patrimônio integral um instrumento de educação e desenvolvimento.” (*Id.*, p. 66). Nada mais necessário e legítimo num estado com indicadores alarmantes, mormente os inerentes à educação.

#### REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Casas do patrimônio.** Brasília: IPHAN, s/d. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=15489&retorno=paginaIphan>. Acesso em: 4 out. 2012.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Paulo Freire.** (Coleção Educadores). Recife: Fundação Joaquim Nabuco – Editora Massangana, 2010, 128 p. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4713.pdf>. Acesso em: 26 out. 2012.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia.** (Coleção Cultura é o quê?). v. I. 2ª Ed. Salvador: Secretaria de Cultura - Fundação Pedro Calmon, 2009, 70 p.

CHUVA, Márcia. **Fundando a nação:** a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. **Topoi.** Rio de Janeiro; v. 4, n. 7, jul-dez. 2003, p. 313-333. Disponível em: [http://www.revistatopoi.org/numeros\\_anteriores/Topoi%2007/topoi7a4.pdf](http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi%2007/topoi7a4.pdf) Acesso em: 3 out. 2012.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Referências Culturais:** Base para Novas Políticas de Patrimônio. *In: O Registro do Patrimônio Imaterial: dossiê final das atividades*

---

<sup>215</sup> A “definição de comunidade apresentada por Murian Veras (1997), qual seja, ‘uma unidade dinâmica, onde se destacam os fatores de relacionamento, de delimitação geográfica e de função’.” (*Id.*, p. 33).



da Comissão e do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial. Brasília: IPHAN, 2012 (Edições do Patrimônio). P. 35-44.

OLIVEIRA, Cléo A. P. de. **Educação Patrimonial no Iphan**. Monografia (Especialização em Gestão Pública) – Diretoria de Formação Profissional, Escola Nacional de Administração Pública, Brasília: 2011. 131 p. Disponível em: Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=16013&retorno=paginaIphan>. Acesso em: 4 out. 2012.

PARAÍBA. **Relação dos bens imóveis tombados pelo IPHAEP**. João Pessoa: s/d. 8 p.

PERICO, Rafael Echeverri. **Identidade e território no Brasil**. Tradução de Maria Verônica Moraes Souto. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009, 210 p.

RAUPP, Fabiano M. & BEUREN, Ilse M. **Metodologia da pesquisa aplicada às ciências sociais**. Disponível em: [http://www.geocities.ws/cienciascontabeisfecea/estagio/Cap\\_3\\_Como\\_Elaborar.pdf](http://www.geocities.ws/cienciascontabeisfecea/estagio/Cap_3_Como_Elaborar.pdf). Acesso em: 2 out. 2012.

SANT'ANNA, Marcia. **A cidade-atração: patrimônio e valorização de áreas centrais no Brasil dos anos 90**. In: SANTOS, Afonso Carlos M. KESSEL, Carlos; GUIMARAENS, Ceça. (Org.). **Livro do Seminário Internacional Museus e Cidades**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2004, v. 1, p. 153-172.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. **Encontros museológicos: reflexões sobre a museologia, a educação e o museu**. Coleção Museu, Memória e Cidadania, v. 4 (coord. José do Nascimento Junior & Mário de Souza Chagas). Rio de Janeiro: Minc/IPHAN/DEMU, 2008, 255 p.